TERMO DE CONTRATO N.º 299/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 299/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS /MG POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA MARCELO REGINALDO SILVA & CIA LTDA

O **Município de Paraisópolis/MG**, por intermédio do Departamento Municipal de Educação, com sede na Praça Presidente Vargas, n. º 38, Centro, na cidade de Paraisópolis/MG, inscrito no CNPJ sob o n. º 18.025.965/0001-02, neste ato representado pela Sr.ª **Marlene Carvalho**, Diretora de Educação, nomeada pelo Decreto Municipal n. º 3.724 de 05 de janeiro de 2021, portadora da Matrícula Funcional n. º 1360, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, **MARCELO REGINALDO SILVA & CIA LTDA**, situada à Rua Silviano Brandão, nº 200 - Garagem, bairro Centro, no município de Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.169.700/0001-30, neste ato representada pelo Sr. **Marcelo Reginaldo Silva**, conforme atos constitutivos, doravante designado **CONTRATADO** tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 134/2026** e em observância às disposições da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar rural e transporte universitário, com disponibilização de veículos adequados, motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro de passageiros e terceiros, bem como todos os demais custos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Paraisópolis/MG e dos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino técnico e superior situadas em municípios vizinhos, consoante as condições estabelecidas neste Edital e no Anexo I – Termo de Referência/ Especificações do Objeto.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. MEDIDA	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
04	**ROTA: CARNEIROS** **Períodos: Matutino (7:10 às 12:40):** Saída do início da estrada que vai para o matadouro (ponto1), seguindo estrada principal, Matadouro (ponto 2), porteira propriedade Cebola (ponto 3) em direção ao embarcador (ponto 4) em direção ao Piraí, seguindo os pontos: Porteira Lázaro (ponto 5), Curral Adalberto (ponto 6), curral propriedade Afonsão (ponto 7), porteira Quim Caetano (ponto 8), seguindo até a porteira Marquinho Javali (ponto 9), retornando a estrada	VAN DUCATO FIAT	KM ROD	16.200,4	R$10,90	R$176.584,36

	principal com destino à Ponte de Ferro até a porteira do Quim Beijo (ponto 10) seguindo a antiga linha do trem rumo ao bairro dos Carneiros, porteira da Inácia (ponto 11) até a porteira da Cleonice (ponto 12); retornando pela mesma estrada sentido Carneiros, até a porteira do Sr. José Aparecido de Oliveira (ponto 13), em direção à porteira da residência D. Nica Ribeiro (ponto 14), rumo à Igreja perto da Ecoterapia (ponto 15), seguindo até a Porteira Zé Carlos Tropical (ponto 16) até a Fábrica de Polvilho (ponto 17), rumo à Fazenda da Vigor (Ponto 18), 1ª casa da Fazenda, seguindo até a Sede (ponto19), retornando ao asfalto com destino as Escolas Estaduais Antônio Eufrásio de Toledo e Eulália Gomes de Oliveira. **Vespertino (12:30 às 17:00):** Saída do início da estrada que vai para o matadouro (ponto1), seguindo estrada principal, Matadouro (ponto 2), porteira propriedade Cebola (ponto 3) em direção ao embarcador (ponto 4) em direção ao Piraí, seguindo os pontos: Porteira Lázaro (ponto 5), Curral Adalberto (ponto 6), curral propriedade Afonsão (ponto 7), porteira Quim Caetano (ponto 8), seguindo até a porteira Marquinho Javali (ponto 9), retornando a estrada principal com destino à Ponte de Ferro até a porteira do Quim Beijo (ponto 10) seguindo a antiga linha do trem rumo ao bairro dos Carneiros, porteira da Inácia (ponto 11) até a porteira da Cleonice (ponto 12); retornando pela mesma estrada sentido Carneiros, até a porteira do Sr. José Aparecido de Oliveira (ponto 13), em direção à porteira da residência D. Nica Ribeiro (ponto 14), rumo à Igreja perto da Ecoterapia (ponto 15), seguindo até a Porteira Zé Carlos Tropical (ponto 16) até a Fábrica de Polvilho (ponto 17), rumo à Fazenda da Vigor (Ponto 18), 1ª casa da Fazenda, seguindo até a Sede (ponto19), retornando ao asfalto com destino às escolas municipais, Monsenhor Sebastião Vieira e Maria Emília Gomes de Carvalho. CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 15 LUGARES					
08	**<u>ROTA: POUSO ALEGRE</u>** **<u>Noturno:</u> 17:30** Saída da Rodoviária velha com destino a Pouso Alegre - DSM/UMA **CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 46 LUGARES**	ÔNIBUS COMIL/VW	KM ROD	25.654,0	R$11,49	R$94.764,46
11	***<u>ROTA: TAUBATÉ</u>*** **<u>Noturno:</u> 17:10** Saída da Rodoviária velha com destino a Taubaté - UNITAU/ANHANGUERA **CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 46 LUGARES**	ÔNIBUS MARCOPOLO/MERCEDES	KM ROD	36.360,0	R$9,29	R$337.784,40
TOTAL DO VENCEDOR						**R$809.133,22**

1.2.1. Veículos a serem utilizados na prestação dos serviços:

ITEM	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	PLACA
04 - CARNEIROS	RENAULT	MASTER MBUS L3H2	2018	QPC6J91
08- POUSO ALEGRE	VW/COMIL	CAMPIUONE R	2011	NYX2869
11 - TAUBATÉ	VW INDUSCAR	SOLAR R	2012	FCB7627

1.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar a CONTRATANTE no caso de eventual substituição do VEÍCULO POR OUTRO que deverá possuir as mesmas características exigidas na legislação específica e neste contrato.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação
1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. º 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei n. º 14.133, de 2021, desde que mais vantajoso para Administração, devidamente comprovado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$809.133,22 (oito centos e nove mil, cento e trinta e três reais e vinte e dois centavos).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO
6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE
7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas; Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após decorrido 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – **IPCA-E/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 São obrigações do CONTRATANTE:
8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.5.6. Atestado de Capacidade Técnica (pelo menos um) compatível com o objeto.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. º 14.133, de 2021;
9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. º 6.481, de 12 de junho de 2008;
9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. º 8.078, de 1990);
9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n. º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n. º 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei n. º 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei n. º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei n. º 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.09.06.12.361.0020.2.021 33.90.39 Ficha: 477
02.09.06.12.361.0020.2.021 33.90.39 Ficha: 474
02.09.02.12.361.0003.2.024 33.90.39 Ficha: 305
02.09.03.12.366.0003.0.042 33.90.39 Ficha: 421
02.09.03.12.364.0004.2.030 33.90.39 Ficha: 379

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n. º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraisópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. º 14.133, de 2021.

Paraisópolis, 10 de agosto de 2026

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS – CONTRATANTE
Marlene Carvalho
Diretora de Educação

MARCELO REGINALDO SILVA & CIA LTDA – CONTRATADA
Marcelo Reginaldo Silva
CNPJ n. º 02.169.700/0001-30

TESTEMUNHAS:

1-_____

2- _____

EXTRATO DO CONTRATO N.º 299/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 134/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS
MARCELO REGINALDO SILVA & CIA LTDA

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar rural e transporte universitário, com disponibilização de veículos adequados, motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro de passageiros e terceiros, bem como todos os demais custos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Paraisópolis/MG e dos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino técnico e superior situadas em municípios vizinhos, consoante as condições estabelecidas neste Edital e no Anexo I – Termo de Referência/ Especificações do Objeto.

VALOR: R$809.133,22 (oito centos e nove mil, cento e trinta e três reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. MEDIDA	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
04	**ROTA: CARNEIROS** **Períodos: Matutino (7:10 às 12:40):** Saída do início da estrada que vai para o matadouro (ponto1), seguindo estrada principal, Matadouro (ponto 2), porteira propriedade Cebola (ponto 3) em direção ao embarcador (ponto 4) em direção ao Piraí, seguindo os pontos: Porteira Lázaro (ponto 5), Curral Adalberto (ponto 6), curral propriedade Afonsão (ponto 7), porteira Quim Caetano (ponto 8), seguindo até a porteira Marquinho Javali (ponto 9), retornando a estrada principal com destino à Ponte de Ferro até a porteira do Quim Beijo (ponto 10) seguindo a antiga linha do trem rumo ao bairro dos Carneiros, porteira da Inácia (ponto 11) até a porteira da Cleonice (ponto 12); retornando pela mesma estrada sentido Carneiros, até a porteira do Sr. José Aparecido de Oliveira (ponto 13), em direção à porteira da residência D. Nica Ribeiro (ponto 14), rumo à Igreja perto da Ecoterapia (ponto 15), seguindo até a Porteira Zé Carlos Tropical (ponto 16) até a Fábrica de Polvilho (ponto 17), rumo à Fazenda da Vigor (Ponto 18), 1ª casa da Fazenda, seguindo até a Sede (ponto19), retornando ao asfalto com destino as Escolas Estaduais Antônio Eufrásio de Toledo e Eulália Gomes de Oliveira. **Vespertino (12:30 às 17:00):** Saída do início da estrada que vai para o matadouro (ponto1), seguindo estrada principal, Matadouro (ponto 2), porteira propriedade Cebola (ponto 3) em direção ao embarcador (ponto 4) em direção ao Piraí, seguindo os pontos: Porteira Lázaro (ponto 5), Curral Adalberto (ponto 6), curral propriedade Afonsão (ponto 7), porteira Quim Caetano (ponto 8), seguindo até a porteira Marquinho Javali (ponto 9), retornando a estrada principal com destino à Ponte de Ferro até a porteira do Quim Beijo (ponto 10) seguindo a antiga linha do trem rumo ao bairro dos Carneiros, porteira da Inácia (ponto 11) até a porteira da Cleonice (ponto 12); retornando pela mesma estrada sentido Carneiros, até a porteira do Sr. José Aparecido de Oliveira (ponto 13), em direção à porteira da residência D. Nica Ribeiro (ponto 14), rumo à Igreja perto da Ecoterapia (ponto 15), seguindo até a Porteira Zé Carlos Tropical (ponto 16) até a Fábrica de Polvilho (ponto 17), rumo à Fazenda da Vigor (Ponto 18), 1ª casa da Fazenda, seguindo até a Sede (ponto19), retornando	VAN DUCATO FIAT	KM ROD	16.200,4	R$10,90	R$176.584,36

	ao asfalto com destino às escolas municipais, Monsenhor Sebastião Vieira e Maria Emília Gomes de Carvalho. CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 15 LUGARES					
08	**ROTA: POUSO ALEGRE** **Noturno: 17:30** Saída da Rodoviária velha com destino a Pouso Alegre - DSM/UMA **CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 46 LUGARES**	ÔNIBUS COMIL/VW	KM ROD	25.654,0	R$11,49	R$94.764,46
11	***ROTA: TAUBATÉ*** **Noturno: 17:10** Saída da Rodoviária velha com destino a Taubaté - UNITAU/ANHANGUERA **CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO: 46 LUGARES**	ÔNIBUS MARCOPOLO/MERCEDES	KM ROD	36.360,0	R$9,29	R$337.784,40
TOTAL DO VENCEDOR						**R$809.133,22**

Data da Assinatura: 10/08/2026

Vigência: De 10/08/2026 até 10/08/2027

Certifico que este extrato foi publicado em conformidade com a Lei 2.433, de 10/09/2015.

Em 11/08/2026

Aline Barbosa e Castro
Setor de Licitações